

2

APRESENTANDO A PESQUISA

Consideramos que embora não seja uma das prioridades de uma agenda no campo da educação, a preocupação com a educação socioeducativa tem conhecido algumas tímidas formulações enquanto problema social tanto na questão relativa a dificuldade de entendermos este conceito de socioeducação, como referentes ao aumento comprovado dos índices de jovens que cometem ato infracional no Brasil. Neste capítulo, delineamos a pesquisa e as questões relacionadas ao processo de construção da mesma.

Entendemos que o número de jovens que cumprem medidas socioeducativas é bem significativo. Avaliamos que, por estar em formação de conceitos e valores, a escola, como instituição de aprendizado e formação, poderia contribuir para que uma parcela da juventude brasileira vivenciasse outras experiências que não a do cometimento de atos infracionais. Esperamos colaborar com esta perspectiva, indicando algumas possibilidades. Neste sentido, a pesquisa investigará as percepções dos jovens que cumprem medidas socioeducativas sobre a escola. Trata-se de uma investigação que envolve a análise das informações referentes ao perfil sociodemográfico dos jovens de 15 a 17 anos, do DEGASE em uma das escolas do sistema, a partir das seguintes questões:

1- Qual o perfil sócio demográfico dos adolescentes de 15 anos que cumprem medidas socioeducativas de internação no sistema DEGASE, na cidade do Rio de Janeiro?

2- Quais são as percepções sobre a escola dos jovens de 15 anos que cumprem essa medida socioeducativa no sistema DEGASE?

3- Quais são as semelhanças nas percepções sobre a escola dos jovens que possuem características semelhantes em termos de condições sociais e econômicas, mas que não estão cumprindo medidas socioeducativas no sistema DEGASE? E as diferenças?

Para o desenvolvimento da pesquisa, um questionário foi submetido aos jovens que cumprem medidas socioeducativas no sistema DEGASE, especificamente, na Escola João Luiz Alves, por ser uma instituição do sistema onde os jovens cumprem medida socioeducativa de internação, logo, permanecem por no mínimo 45 dias e no máximo três anos. O mesmo instrumento foi aplicado a jovens de uma escola pública do Ensino Médio situada na cidade do Rio de Janeiro. Para representar jovens que não estão cumprindo medida socioeducativa de internação, optamos por aplicar o questionário para jovens com a mesma idade dos jovens do DEGASE e que como não abandonaram a escola, estão, com essa mesma faixa etária no primeiro ano do Ensino Médio.

Utilizaremos uma abordagem analítica que combina descrição do perfil dos jovens com a análise das percepções de jovens que estão internados sobre a escola, comparando-as com as de jovens que não estão nesta situação.

O presente estudo será realizado em uma das unidades do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE). Este sistema possui atualmente, seis unidades de medida socioeducativa de internação no estado do Rio de Janeiro, além de dezesseis Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente (CRIAAD), nos quais estão os jovens que cumprem medidas socioeducativas de semiliberdade. Estes centros estão localizados nas seguintes regiões: Ilha do Governador, Bangu, Ricardo de Albuquerque, Niterói, São Gonçalo, Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu, Barra Mansa, Volta Redonda, Cabo Frio, Macaé, Campos dos Goytacazes, Nova Friburgo e Teresópolis.

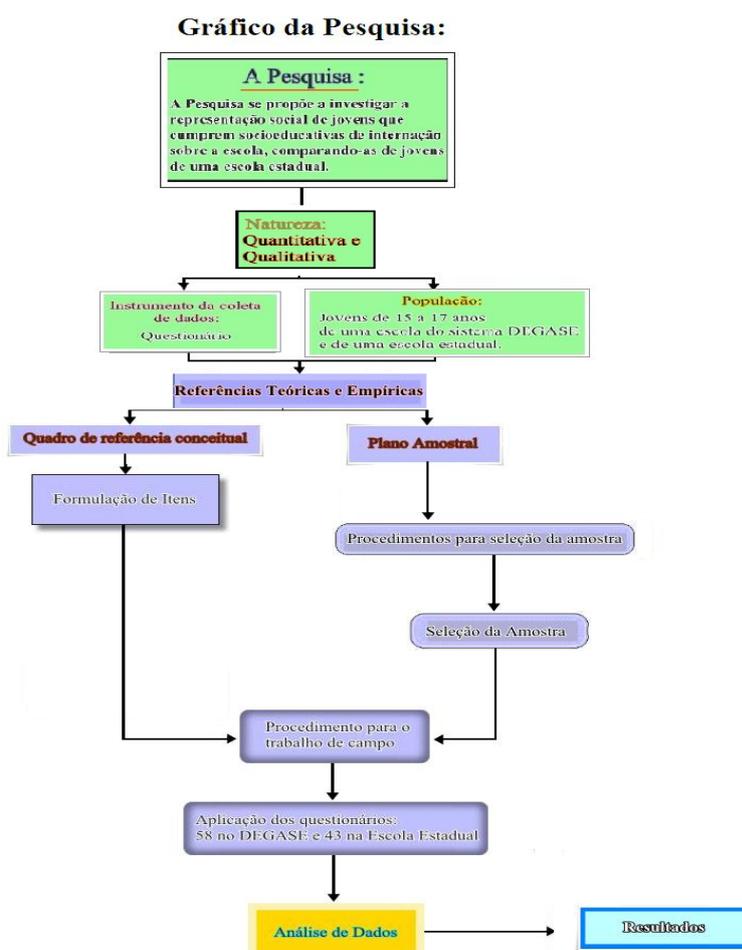
O percurso metodológico da investigação foi delineado em duas fases, distintas, porém complementares, de acordo com o detalhamento a seguir: A Primeira fase foi para identificar o perfil dos jovens, a partir da aplicação de questionários para os internos da escola João Luiz Alves e para alunos do 1º ano do Ensino Médio de uma escola Estadual na Cidade do Rio de Janeiro.

Na segunda fase tentamos verificar até que ponto as percepções encontradas nos jovens internos estão relacionadas com o fato de serem jovens ou de serem jovens infratores. Por isso, a aplicação do mesmo questionário com jovens em situações sociais semelhantes, mas que não estão cumprindo medidas socioeducativas.

2.1 O MÉTODO

A investigação caracteriza-se como um estudo comparativo de percepções sobre a escola que provocou a elaboração de um questionário envolvendo a tomada de decisão de conceitos que queríamos medir, a partir das ideias de BABBIE (1999). Esses conceitos se fundamentam a partir de referenciais teóricos ou empíricos que foram organizados em um quadro de referencia conceitual. O objetivo deste quadro é apresentar alguns conceitos para a pesquisa, bem como explicá-los. Nosso intuito é mostrar, em linhas gerais, o percurso traçado para realização da investigação. Elaboramos, na figura 1, um organograma da pesquisa. Pretende-se apresentar uma visão mais abrangente da pesquisa.

Figura 1- Gráfico da pesquisa



As percepções dos jovens sobre a escola é o foco desta pesquisa. Assim, direcionamos a investigação para os aspectos da escola uma vez que nosso interesse é o de conhecer as condições salientadas pelos jovens sobre esta instituição. Para compor a medida aspectos da escola o questionário incluiu uma tabela onde os jovens avaliavam esses aspectos, dando notas de 1 a 10. Além da elaboração dos quadros de referência conceitual, incluímos no questionário, questões abertas que ensejaram a construção de um dicionário de dados, para que fosse possível a transformação das respostas em variáveis na base de dados. Já nas questões fechadas, ficamos atentas para que as opções de respostas fossem excludentes e abrangentes, para que o jovem não tivesse a possibilidade de deixar em branco alguma questão, por não se adequar as alternativas propostas. Algumas questões tiveram mais de uma alternativa, Neste caso, tivemos o cuidado de apresentar esclarecimentos específicos, colocados entre parênteses, para que o jovem não tivesse dúvidas na marcação das respostas.

Para realização da coleta dos dados, alguns procedimentos foram necessários para que a pesquisa fosse desenvolvida de forma eficaz. Dentre alguns desses procedimentos, citamos a escolha de uma amostra de escolas socioeducativas do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) e de escolas da rede Estadual, bem como os contatos necessários com a Direção destas instituições.

2.2 A SELEÇÃO DOS RESPONDENTES

A definição da população a ser investigada, é formada por jovens na faixa etária de 15 a 18 anos, que cumprem medidas socioeducativas de internação na Escola João Luiz Alves- vinculado ao sistema do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) - e por alunos de 15 a 18 anos matriculados na rede Estadual de Ensino na cidade do Rio de Janeiro (nesta faixa etária, os jovens estão no 1º ano do Ensino Médio). Desse universo, foram excluídas outras unidades do Sistema DEGASE, por estarem situadas em regiões fora da cidade do Rio de Janeiro e por não serem unidades de internação.

Quadro 3 - Número de jovens e alunos da população de referência, em 2012:

População	Nº de questionários respondidos
Jovens em conflito com a lei	58
Jovens da escola	43

O plano da amostra foi desenvolvido seguindo duas etapas: a primeira consistia na escolha da escola do sistema DEGASE e a da escola estadual e a segunda foi a seleção dos jovens das respectivas instituições. O quadro três, abaixo, apresenta o conceito e as especificações relacionados ao tema em questão.

Quadro 4 - Resumo do conceito e suas especificações, em relação ao tema aspectos da escola:

Conceito	Especificação	Item
Aspectos da escola	<ul style="list-style-type: none"> • Em relação a organização, segurança, disciplina, professores, direção, coordenação funcionários em geral, qualidade de ensino, limpeza, beleza, merenda/refeição • Presença/ausência do professor na escola • Se a escola prepara para o futuro • Dinâmica da sala de aula 	Q.16. de A a K Q.22 Q.18 Q.22 Q.24

Para definição do conceito associado a trajetória escolar do jovem, consideramos os aspectos que evidenciasse a relação do aluno com a escola. O quadro um abaixo, apresenta o conceito e as especificações relacionados ao tema em questão.

Quadro 5 - Resumo do conceito e suas especificações, em relação ao tema trajetória escolar do jovem:

Conceito	Especificação	Item
Trajétória escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Tipo de escola onde estudou • Se repetiu o Ensino Fundamental e Médio. • Se parou de estudar • Por quê vai a escola • Se gosta da escola • Se considera bom aluno • Importância de estudar • Se sente orgulho de estudar na escola • Porque vai a escola e estuda • O que estará fazendo daqui a três anos • Relacionamento na escola/Como se sente na escola • Até que série pretende estudar • Profissão que quer ter 	Q.11 Q. 12; Q.13 Q.14 Q.27 Q.17 Q.18 Q.21 Q.23 Q.27 Q.15 Q.26; Q.28 Q. 30 Q.31

As características dos jovens são discriminadas nesta pesquisa a partir das seguintes itens: idade, religião, raça/etnia/ composição familiar, escolaridade dos responsáveis e tipos de bens de consumo existentes na casa. O quadro seis apresenta as especificações e itens relacionados ao tema caracterização social.

Quadro 6 - Resumo do conceito e suas especificações, em relação ao tema: caracterização social:

Conceito	Especificação	Item
Idade	Quantos anos têm	Q.1
Religião	Se pratica alguma religião	Q. 2
Lugar onde mora	Tipo de moradia	Q. 5
Raça/Etnia	Como se define	Q.3
Composição familiar	Com quem mora/quantas pessoas	Q.8; Q.6
Escolaridade do/s responsáveis	Escolaridade do pai/mãe	Q.9; Q.10
Bens de consumo	Tipos de bens de consumo duráveis ou não que possui	Q.7

2.3

O TRABALHO DE CAMPO

O processo de entrada no campo foi iniciado em Janeiro de 2012. O início dos trabalhos no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), foi realizado a partir do envio de uma carta do Departamento de Educação da PUC-Rio ao Diretor Geral da instituição. O Diretor Geral do DEGASE remetem a solicitação para Escola de Gestão Socioeducativa. A Escola de Gestão Socioeducativa enviam para o Juizado da Infância e Juventude- juntamente com outra carta, do Departamento de Educação da PUC-Rio, para aprovação da pesquisa pelo juiz. Estes, antes da aprovação enviam para o Ministério Público, para que o promotor pudesse verificar se não haveria nenhuma violação dos direitos dos jovens que estavam cumprindo medida socioeducativa. Após apreciação do Ministério Público, estes enviam seu parecer para o Juizado da Infância e Juventude, para que o juiz pudesse definir sobre a realização ou não da pesquisa. Com o parecer do Juiz, este envia a CECADE (Centro de Estudos, Capacitação, Pesquisas, Divulgação, Comunicação e Estatística) para que o oficial de justiça pudesse notificar o pesquisador sobre a decisão do juiz. É enviada para Diretoria Geral do DEGASE, por ofício do Juizado da Infância e Juventude, a decisão do juiz. O Diretor reenvia para a Escola de Gestão Socioeducativa para que esta possa informar o pesquisador e marcar a data da apresentação da pesquisa, realizado pelo pesquisador, para o Diretor da unidade, onde será realizada a mesma. Depois, o pesquisador conversa com o Diretor da Unidade, nesta mesma reunião, para agendar as visitas. Após agendar as visitas, vamos a Escola, para aplicação do questionário. Ao chegar à Escola somos recebidos por um agente educacional onde

são explicitados, mais uma vez, os objetivos do trabalho. O mesmo me encaminha para a equipe técnica. Sou recebida por uma das pedagogas da Escola. Explico, outra vez, os objetivos da pesquisa e apresento a carta do Juiz da Vara da Infância e Juventude, para realização da pesquisa. Esta pede que eu aguarde o Diretor da Escola chegar. Ao diretor da escola, explico mais uma vez meus objetivos e apresento a carta do juiz. Este chama um agente educacional para acompanhar na aplicação do questionário. Sou encaminhada para uma das salas de atendimento técnico e aplico o questionário, sem a presença do agente educacional. Este processo durou cerca de um mês. Quando chegava a unidade e encontrava um funcionário que não me conhecia, tinha que aguardar a chegada de um técnico ou do Diretor da Unidade.

Na Escola Estadual, por conhecer uma professora da instituição, esta me encaminha a direção da escola, onde explico os objetivos da pesquisa e a direção me encaminha a uma das turmas de primeiro ano, para aplicação do questionário. Este processo durou um dia.

2.4 A APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

O questionário foi aplicado inicialmente na Escola Estadual, tendo em vista o processo institucional relatado no tópico anterior. Tomamos todas as providências para minimizar os transtornos causados pela nossa presença na escola João Luiz Alves e na Escola Estadual. Na Escola Estadual entramos em contato com a direção da escola e escolhemos o dia para aplicação do questionário, a partir de sugestão da direção. Nesta escola, a turma escolhida pela direção para aplicação do questionário, foi uma turma de primeiro ano de Ensino Médio que estava tendo aula na disciplina de Sociologia. A professora foi muito solícita e ajudou na distribuição do questionário bem como na organização da turma. Com relação ao processo de aplicação do questionário, destacamos:

- Alguns alunos não entenderam algumas questões e tivemos que, num dado momento, explica-las, como por exemplo, a questão vinte e dois, o que demandou algum tempo neste processo;

- Não foi possível a aplicação em um único tempo de aula, o que exigiu a utilização de um tempo da aula posterior, que seria de Matemática. O professor não acompanhou o fim do preenchimento do questionário pelos alunos, pois não ficou na sala;
- Para responder algumas questões, os alunos comentavam as respostas entre si, o que gerou um debate. Foi difícil contornar a situação, como pesquisadora, já que estava sozinha na sala. Entretanto, foi uma experiência que merecia ter sido gravada ou filmada, tendo em vista a riqueza das falas, sobretudo, no que diz respeito aos colegas que não estão mais estudando porque, segundo eles, “entraram para o tráfico”.

Já na Escola João Luiz Alves, a aplicação do questionário foi realizada em quatro semanas. Os jovens foram selecionados pelos agentes socioeducativos da instituição que perguntavam aos jovens que não estavam fazendo nenhuma atividade, se queriam responder ao questionário. Foi disponibilizado uma sala – sala de atendimento dos técnicos- e os jovens inicialmente entravam em grupo de cinco- os agentes não ficavam na sala. Esta dinâmica não deu muito certo, tendo em vista a dificuldade de entendimento de algumas questões por parte dos jovens, bem como o processo de leitura dos mesmos, que era muito deficiente. Assim, propus a entrada na sala, em duplas, o que facilitou o trabalho, mas retardou o processo de aplicação. O questionário era composto de trinta e uma questões, algumas abertas- mas nem todos os resultados serão apresentados neste trabalho.

No primeiro dia de aplicação do questionário, chegamos a portaria da Escola João Luiz Alves e ficamos esperando por cerca de meia hora. A direção da unidade não estava presente e o subdiretor não estava na instituição. Assim, ficamos aguardando sua chegada para autorizar a aplicação dos questionários, mesmo tendo sido agendado anteriormente. Ressaltamos que quando o grupo entrava na sala, explicávamos o objetivo da pesquisa. Importante destacar que alguns jovens se interessaram pelo tema e faziam questão que colocássemos o número que o

identificava na unidade. Alguns até escreveram seu nome no questionário, mesmo tendo sido informado de que não era necessário.

2.5

O DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS (DEGASE)

Antes de apresentarmos o Departamento Geral de Ações Socioeducativas, faremos uma análise acerca dos jovens no sistema socioeducativo. O Levantamento Estatístico da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial de Direitos Humanos (MURAD, 2012) identificou que existem no Brasil 149.204 mil jovens no sistema sócio educativo¹.

Tabela 4 - Relação dos processos de jovens em conflito com a lei - processos por status:

Número de Processos por status	
Ativos	149.204
Suspensão	5.769
Extinto por óbito	740
Extinto, pois atingiu 21 anos.	2.320
Extinto, pois cumpriu medida.	9.516
Extinto por condenação criminal	260
Extinto por prescrição	1.677
Extinto-Procedência da representação.	4.345
Extinto- Improcedência da representação.	1.008
Extinto por unificação de medida.	1.416
Extinto por perda do objeto	4.362
Arquivado	48.206
Total	228.823

Fonte: Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei- Conselho Nacional e Justiça/2012

No Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei no ano de 2012, o total de processos relacionados as medidas socioeducativas elencadas pela Estatuto da Criança e do Adolescente, chegaram, a 228.823 mil processos. Desse Universo, 149.204 processos em todo Brasil ainda estão ativos.

¹ O termo Sistema Socioeducativo refere-se ao conjunto de todas as medidas privativas de liberdade (internação e semiliberdade), as não privativas de liberdade (liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade) e a internação provisória.

Tabela 5 - Relação de medidas socioeducativas- processos ativos com medidas em cumprimento:

Adolescente com processos ativos com medidas em cumprimento	Nº
Advertência	1.821
Encaminhamento ao pai ou responsável, mediante termo de responsabilidade.	740
Inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente.	298
Inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e outros.	806
Inserção em regime de semiliberdade	2.162
Internação em estabelecimento socioeducativo	149.204
Internação provisória	2.448
Liberdade assistida	14.658
Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental	1.224
Obrigação de reparar o dano	279
Orientação, apoio e acompanhamento temporário.	246
Prestação de serviço a comunidade.	14.621
Requisição de tratamento médico psicológico em regime hospitalar ou ambulatorial	519
Total	195.587

Fonte: Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei- Conselho Nacional e Justiça/2012

A tabela seis, a seguir, apresenta o número de jovens em conflito com a lei cumprindo medida socioeducativa de internação. O elevado número de jovens no caso de um estado como o Acre, pode ser esclarecido tendo em vista que neste estado segundo o Cadastro Nacional de Adolescentes em conflito com a lei, a prática de pequenos delitos, como furto, corresponde a 27% dos casos. É importante considerar que para estes jovens do estado do Acre, e dos demais estados com esta particularidade, poderiam ser aplicadas outras medidas socioeducativas que não a internação.

Tabela 6 - Relação do número de jovens em conflito com a lei por Região cumprindo medida socioeducativa de internação-2012:

Região	Número
<u>Norte</u>	
Acre	1.113
Amapá	1.455
Amazonas	4.089
Para	2.757
Rondônia	2.888
Roraima	1.249
Tocantis	3.042
<u>Centro-Oeste</u>	
Distrito Federal	5.200
Goiás	7.666
Mato Grosso	3.780
Mato Grosso do Sul	4.896
<u>Sudeste</u>	
São Paulo	26.649
Minas Gerais	30.196
Espírito Santo	7.779
Rio de Janeiro	8.810

Nordeste	
Alagoas	1.619
Bahia	854
Ceará	2.136
Maranhão	796
Paraíba	3.197
Pernambuco	5.540
Piauí	1.909
Rio G. do Norte	2.330
Sergipe	1.629
Sul	
Paraná	12.224
Santa Catarina	1.551
Rio Grande do Sul	3.850
Brasil	149.204

Fonte: Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei- Conselho Nacional e Justiça/2012

No estado do Amapá existe um grande número de jovens cumprindo medida de internação tendo em vista que, ao contrário do estado do Acre, existe a prática de delitos mais graves, como homicídio e estupro. Segundo dados do Cadastro, esses tipos de delitos praticados por jovens correspondem a mais de 50% do total de atos infracionais realizados. Nesse estado, os jovens maiores de 18 anos de idade representam 40% do total de jovens em cumprimento da medida socioeducativa privados de liberdade.

Nos estados da região Sudeste, São Paulo e Minas Gerais são os estados que apresentam o maior número de jovens em conflito com a lei cumprindo medida socioeducativa de internação. Já no estado do Espírito Santo, os casos de homicídios, estupros, lesão corporal e tráfico de drogas, representam 30% dos delitos cometidos. Os outros 70% correspondem a delitos como roubo e furto, e outros não mencionados. Já na região Nordeste, é onde encontramos a menor proporção de adolescentes em conflito com a lei privados de liberdade.

No Estado do Rio de Janeiro, conforme dados fornecidos pelo Conselho Nacional de Justiça, não foi possível explicar o número de 8.810 jovens já que os dados do DEGASE e da Vara de Infância e Juventude não estão atualizados.

Tabela 7 - Número de jovens em conflito com a lei por Raça/Cor:

Adolescente por raça/cor	Nº
AMARELA	355
BRANCA	23.652
ÍNDIGENA	180
NÃO INFORMADA	89.552
NEGRA	6.923
PARDA	28.542
TOTAL	149.204

Fonte: Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei- Conselho Nacional e Justiça/2012

O Mapeamento Nacional da Situação das Unidades de Medidas de Privação de Liberdade, realizado em 2012 pelo IPEA e Ministério da Justiça, mostrou que mais de 30% dos jovens privados de liberdade eram afrodescendentes. Destacamos que este percentual pode ser maior, tendo em vista o elevado número de jovens que não informaram sua cor/raça.

As desigualdades apontadas anteriormente agregadas à discriminação racial existente no país confirmam que os jovens negros vivenciam situações de exclusão social. Desse modo, estes jovens se tornam mais vulneráveis no cometimento de atos infracionais, que nesta perspectiva, torna-se o meio mais fácil de aquisição de bens de consumo desejados pela maioria dos jovens e, deste modo, ser reconhecido pela sociedade.

Os mesmos dados mostram que no estado do Amapá existe uma significativa proporção de jovens que estão cumprindo medidas socioeducativa de internação por cometerem atos infracionais graves como homicídio e estupro. Percebe-se também que estes tipos de delitos representam mais de 50% dos atos infracionais praticados pelos jovens deste estado. Outra questão relevante reside no fato de que a medida socioeducativa para estes delitos serem de longa duração, faz com que os jovens fiquem mais tempo internados, possibilitando que ao completarem 18 anos, continuem cumprindo medida socioeducativa.

Na região Sudeste, o Estado do Espírito Santo chama atenção pela proporção quase insignificante de delitos mais graves, sendo que cerca de 70% são referentes a roubo, furto e outros que não foram especificados. Desse modo, chama atenção o fato de que a medida socioeducativa de internação tenha um elevado índice neste estado.

No estado do Rio de Janeiro, a internação por tráfico de drogas representa o maior número, sendo o estado que possui, na região sudeste, o segundo número de jovens cumprindo medida socioeducativa de internação.

O Relatório Final do Programa Justiça ao Jovem no Estado do Rio de Janeiro, realizado em 2011 pelo Conselho Nacional de Justiça, mostrou que as unidades socioeducativas do Estado ainda não se ajustaram aos padrões arquitetônicos estabelecidos pelo SINASE. O Relatório apontou superlotação em algumas unidades, além de constatarem que estas estão localizadas, em sua grande maioria, na capital ou

na região metropolitana do Estado. Segundo o documento esta situação dificulta um atendimento que leve em consideração as especificidades dos jovens. Um jovem que comete ato infracional no município de Petrópolis, uma cidade serrana, com poucos mais de 295 mil habitantes, e particularidades de cidade pequena, é levado a cumprir a medida socioeducativa de internação em uma das unidades de internação localizadas em: Belford Roxo (CAI Baixada) e Rio de Janeiro (Escola João Luiz Alves e Educandário Santo Expedito). No caso das meninas, estas obrigatoriamente cumprem a medida de internação no Município do Rio de Janeiro.

Expusemos até aqui um quadro, ainda que breve, da situação dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no Brasil. A seguir apresentamos nosso recorte empírico que delimitou nosso campo em uma unidade do Departamento Geral de Ações Socioeducativa e uma Escola Estadual localizada em um bairro da zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Apresentamos a seguir, o Departamento Geral de Ações Socioeducativa.

A partir de 1991, para atender ao processo de estadualização dos atendimentos a jovens que praticavam algum delito, e em conformidade com o Centro Brasileiro para Infância, órgão do Governo Federal, que era responsável pelos acolhimentos dos jovens e de acordo com a Constituição Federal e com o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1993, foi criado o Departamento Geral de Ações Socioeducativas.

Este Departamento da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro, vinculado à Secretaria Estadual de Educação, dotado de autonomia administrativa, orçamentária e financeira, que tem a responsabilidade de acolher, cuidar, acompanhar, atender e tratar o adolescente em conflito com a Lei, bem como seus familiares, objetivando reinseri-los na sociedade. Possui desde 2010 um Plano de Atendimento Socioeducativo desenvolvido a partir das seguintes linhas de ação:

I - Políticas Sociais Básicas, cuja cobertura deverá ser universal, uma vez que, pela Constituição e as leis são “direito de todos e dever do Estado”, como ocorre com a saúde, a educação e a segurança;

II - Políticas de Assistência Social, cuja cobertura, em vez de abranger o conjunto da população, circunscreve-se tão somente “aqueles que delas necessitem”,

ou seja, que se encontre em estado de necessidade temporária ou permanente, por exemplo: todos os benefícios e serviços prestados no âmbito da Lei Orgânica da Assistência Social - Lei nº 8.742, de 7/12/1993 (LOAS);

III - Políticas e Programas de Proteção Especial que se incumbe de zelar pela integridade física, psicológica e moral da população infanto-juvenil, independente da condição socioeconômica das crianças e adolescentes atendidos, visando sempre “colocá-las a salvo de toda forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão”, por meio do combate ao abuso e exploração sexual e laboral de crianças e adolescentes, à negligência e à violência na família e nas instituições, exemplos estes das muitas e diversificadas situações de risco pessoal e social a que estão expostas crianças e adolescentes tempo e circunstância.

IV - Políticas e Programas de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, como o Ministério Público e a Defensoria Pública, a Justiça da Infância e da Juventude, os Centros de Defesa, o Conselho Tutelar, as Comissões de Direitos Humanos da OAB, as Comissões Justiça e Paz da Igreja Católica e movimentos eclesiais de outras denominações, além de organismos internacionais comprometidos com os diversos aspectos dos Direitos Humanos, atuando no marco da “proteção jurídicossocial”.

O jovem em conflito com a lei tem um sistema próprio de sanções, estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Em geral ele entra no sistema, através da polícia militar, quando é detido em flagrante ou é capturado por cumprimento de mandato de captura expedido pelo Juizado da Infância e Juventude. Nesse último caso, a porta de entrada do jovem infrator no sistema é a polícia civil. Uma vez detido, inicialmente é encaminhado a uma delegacia comum próxima da ação do delito. Após, o jovem é encaminhado à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA). No estado do Rio de Janeiro, só existe uma DPCA, situada no Centro da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro.

Na DPCA, a autoridade policial avalia a ocorrência e lavra o Auto de Apreensão pela Prática do Ato Infracional (AAPAI). Nos casos considerados sem violência, a ocorrência é registrada e o responsável pelo adolescente é convocado a assinar um termo de responsabilidade pelo qual assume o compromisso de apresentar-

se, acompanhado do adolescente, ao Ministério Público no primeiro dia útil após o registro da ocorrência. Se a ocorrência é considerada grave, o auto de apreensão é encaminhado ao Ministério Público e o adolescente é levado à unidade de internação provisória (Centro de Triagem do DEGASE). O prazo estipulado pela lei para a permanência do adolescente em uma unidade policial é de, no máximo, vinte e quatro horas. Este encaminhamento marca o deslocamento do adolescente da esfera policial para a de justiça, isto porque a DPCA é um órgão policial subordinado à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro e o DEGASE está vinculado, atualmente, à Secretaria Estadual de Educação.

Simultaneamente à transferência do jovem para a unidade do DEGASE, o auto de apreensão é obrigatoriamente encaminhado ao Ministério Público. Esse procedimento marca a entrada do jovem infrator em outra esfera do poder do Estado, o Judiciário. De posse do auto de apreensão pela prática do ato infracional, o promotor procede a sua análise e dá início ao Auto de investigação do Ato Infracional (AIAI). O jovem é então encaminhado pelo Centro de Triagem do DEGASE à presença do promotor. Esse processo chama-se primeira oitiva. O promotor pode solicitar o arquivamento, remissão ou exclusão do processo. Caso contrário, o promotor pode fazer a representação ao juiz, sugerindo ou não a medida socioeducativa a ser adotada. Quando é feita a representação, o jovem tem direito ao contraditório através de seu representante legal.

Assim como o promotor, o juiz da Vara de Infância e Juventude pode, após a análise do Auto de Investigação do Ato infracional, oferecer remissão ou suspensão do processo. Caso contrário, ele determina a medida socioeducativa compatível com a gravidade do ato infracional de acordo com o que está previsto no capítulo IV do Estatuto da Criança e do Adolescente, que são as seguintes:

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;
- V - inserção em regime de semiliberdade;

VI - internação em estabelecimento educacional;

VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

§ 1º. A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

§ 2º. Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

§ 3º. Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições.

No estado do Rio de Janeiro, a 2ª Vara de Infância e Juventude no Município do Rio de Janeiro e a Vara da Infância, Juventude e Idoso na cidade de Teresópolis, são os únicos juizados que possuem competência para julgar os jovens que cometem atos infracionais. No caso da 2ª Vara, casos de delitos cometidos em outros municípios, são enviados para esta Vara, através de precatória. No ano de 2005, a 2ª Vara de Infância e Juventude havia registrado 3.196 casos de atos infracionais cometidos por jovens. Em 2006, foram 3.114 e em 2007- dados da última estatística da 2ª Vara de Infância e Juventude- foram 1.724 casos.

Mesmo tendo como proposta um melhor atendimento aos jovens que cometem delito, o DEGASE herdou toda a estrutura (física e funcionários), além das posturas e hábitos das instituições que o antecederam, como é o caso da CBIA(Centro Brasileiro para Infância e Adolescência) e FUNABEM (Fundação Nacional do Bem Estar do menor) (RIZZIN (1993), ARANTES (1995), entre outros). Uma iniciativa importante deste Departamento foi a parceria com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a Secretaria de Justiça e o Ministério de Justiça, através do Departamento da Criança e do Adolescente, em 1998, para, realizar, entre outras ações a capacitação dos funcionários e uma pesquisa sobre as possibilidades do trabalho com jovens que cumprem medidas socioeducativas.

O DEGASE possui uma estrutura de recursos humanos composta por agentes (educacional, de disciplina e mais recentemente socioeducativo-profissional de nível

médio)² e técnicos (profissional de nível superior das áreas da Pedagogia, Serviço Social e Psicologia). Os agentes são os responsáveis por toda a rotina de atendimento (horário de dormir e acordar, horários para as refeições, horário para realizar as atividades, entre outras), além de controlar a disciplina dos jovens. Estes funcionários trabalham numa escala de vinte e quatro horas por setenta e duas horas. Já a equipe técnica é responsável por realizar os atendimentos específicos de cada área.

Atualmente, existem seis escolas destinadas aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de internação no Estado do Rio de Janeiro, cinco delas destinadas aos jovens do sexo masculino e dezesseis unidades para medidas de semiliberdade. Em 2002, segundo documentos do DEGASE, a distribuição dos internos nas unidades apresentava os seguintes números:

Tabela 8 - Distribuição dos internos nas unidades do DEGASE:

Unidades	Absoluto	%
Fechadas- Masculino	361	21,7
CRIAAD- Masculino	1222	73,4
Fechada- Feminina	56	3,4
CRIAAD- Feminina	25	1,5
TOTAL	1664	100

Fonte: Departamento Geral de Ações Socioeducativas/2002.

Como podemos observar 21,7% dos adolescentes do sexo masculino que cumpriam medidas socioeducativas encontrava-se em unidades fechadas. Além disso, o quadro apresenta boas evidências para as percepções já largamente difundidas, quanto ao fato do universo de jovens em conflito com a lei ser predominantemente masculino. A Tabela nove apresenta a distribuição dos internos do DEGASE segundo idade e tipo de unidade no ano de 2002:

Tabela 9 - Distribuição dos internos do DEGASE segundo idade e tipo de unidade:

Idade	Fechada Masculina	CRIAM Masculino	Fechada Feminina	CRIAM Feminina	Total
5 anos	01 – 0,3%	0 – 0,0%	0 – 0,0%	0 – 0,0%	01- 0,1%

² Agente educacional é o funcionário aprovado no concurso público de 1994. A partir de 1998, a Instituição passa a adotar o nome Agente de disciplina, para o desenvolvimento da mesma função do Agente Educacional. Em 2012, passa-se a adotar a nomenclatura Agente Socioeducativo, para todos os profissionais que anteriormente tinham as nomenclaturas de Educacional e de Disciplina.

12 anos	02- 0,6%	10- 0,8%	01 – 1,8%	0 – 0,0%	13- 0,8%
13 anos	06 – 1,7%	28- 2,3%	06- 10,7%	02- 8,0%	42- 2,6%
14 anos	15 - 4,2%	93- 7,8%	09- 16,1%	01- 4,0%	118 - 7,2%
15 anos	59 – 16,7%	172- 14,4%	13- 23,2%	02- 8,0%	246- 15,1%
16 anos	96- 27,1	296- 24,7%	09- 16,1%	06- 24,0%	407- 24,9%
17 anos	124- 35,0%	323- 27,0%	17 -30,4%	09 – 36,0%	473 – 29,0
18 anos	42- 11,9%	167- 13,9%	01- 1,8%	04- 16,0%	214- 13,1%
19a 21 anos	09 – 2,5%	109- 9,1%	00- 0,0%	01- 4,0%	119 -7,3%
Total	354- 100%	1198- 100%	56- 100%	25- 100%	1633- 100%

Fonte: Departamento Geral de Ações Socioeducativas/2002.

Como se pode verificar, não há grandes variações quanto a faixa etária por tipo de unidade. Em todas as modalidades de unidades a maior concentração de adolescentes atendidos gira em torno dos dezesseis e dezessete anos, totalizando, em cada uma, índices superiores à 50%. A única exceção é o Educandário Santos Dumont (instituição fechada feminina) que tem em adolescentes de quinze anos sua segunda maior incidência. O registro de uma criança de cinco anos em instituição fechada deve ter sido erro de digitação, tendo em vista que criança de cinco anos não cumpre medida socioeducativa de internação.

Embora os percentuais sejam baixos, não se pode deixar de chamar atenção para o total de trinta e nove adolescentes de até quatorze anos (excluído o registro de cinco anos) que se encontrava em regime de internação. As medidas de internação são preferencialmente determinadas para adolescentes cujo ato infracional envolve maior violência. A incidência desse tipo de comportamento entre adolescentes tão jovens, ainda que, percentualmente bastante baixa, é um dado que merece a maior atenção da parte de gestores de políticas públicas dedicadas ao atendimento e à proteção da criança e do adolescente.

Segundo documentos do DEGASE, até 1999, a identificação dos jovens que entravam no sistema utilizava um serviço de identificação que não favorecia que se construísse um perfil deste jovem. Após o cometimento do delito, o jovem era levado a uma das unidades do DEGASE. Ocorre que no processo de identificação do mesmo, o parente responsável, fornecia uma documentação para que fosse realizada a identificação. Se por acaso, o jovem reincidisse no ato infracional e fosse levado novamente para o sistema, este não possuía instrumentos de verificação por imagem

para avaliar a reincidência do praticante do delito. As planilhas do Centro de Estatística do DEGASE dispõem das seguintes informações: nome; sexo, idade, data de entrada (no sistema), data de nascimento, reincidência, comarca (onde foi cometido o ato infracional); número do processo, bairro de origem do adolescente (onde morava); medida socioeducativa; se é usuário de drogas; se houve audiência com o juiz naquele mês; se o jovem foi recambiado (tendo cometido o ato em outro município, foi encaminhado para cumprimento de medida em local mais próximo de sua residência); artigo referente ao ato infracional; escolaridade; com quem morava quando cometeu o ato; situação do adolescente na instituição (se entrou na instituição naquele mês ou já estava lá); situação do adolescente ao final do mês (se, ao fim do mês, permanecia na instituição). Em 2002, foi criado o SIIAD (Sistema de Identificação e Informação de Adolescentes), que adaptado continuamente serve de apoio às decisões no que se refere à identificação do jovem em conflito com a lei.

A seguir faço uma descrição de cada uma das unidades de internação do sistema DEGASE.

2.5.1

O CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO GELSO DE CARVALHO AMARAL

O Centro de Socioeducação Gelso de Carvalho Amaral, foi a primeira unidade para acolhimento de adolescentes planejada e construída de acordo com especificações do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Este centro de acolhimento tem capacidade para atender 56 jovens, em 12 alojamentos para quatro adolescentes cada, seis outros individuais e mais dois, para portadores de necessidades especiais. O prédio conta com portaria para o atendimento aos adolescentes vindos da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente e outra para visitas das famílias e para jovens destinados ao atendimento na área de saúde.

2.5.2

O INSTITUTO PADRE SEVERINO (IPS)

O Instituto Padre Severino, foi criado em 1954 e hoje se caracteriza como unidade de atendimento direto ao adolescente do sexo masculino a quem se atribui

prática de ato infracional. Recebe adolescentes encaminhados pela Delegacia de Polícia da Criança e do Adolescente (DPCA) e pelos Juizados da Infância e Juventude (JIJ). Serve como instituição de triagem, até que os adolescentes recebam o resultado da audiência com o juiz, em um prazo máximo (segundo a lei) de 45 dias. Era capaz de absorver uma demanda de até 150 adolescentes; no entanto, possuía habitualmente 200 ou mais internos, sujeitos as precárias condições de vida. Nesta unidade, funciona o Colégio Estadual Padre Carlos Leôncio da Silva.

2.5.3 O EDUCANDÁRIO SANTOS DUMONT (ESD)

O Educandário Santos Dumont, atende a adolescentes do sexo feminino na faixa de 12 a 18 anos, oriundas de todas as localidades do Rio de Janeiro, encaminhadas pelos Juizados da Infância e Juventude, em virtude da atribuição de atos infracionais. O Colégio Estadual Luiza Mahin, funciona nesta unidade, oferecendo o processo de educação escolar para as jovens infratoras.

O Educandário Santos Dumont era chamado de Centro de Recepção e Triagem - CRT1. Estava vinculada a Diretoria de Promoção Social da Fundação Estadual do Menor (FEEM), órgão da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, responsável por atender adolescentes em situação irregular. A faixa etária atendida era de 14 a 18 anos, do sexo feminino, em regime de internação em sistema fechado, com características de triagem e permanência. Nesta época, o Educandário tinha capacidade para receber 150 adolescentes, procedentes do Juizado de Menores, Delegacia de Segurança e Proteção ao Menor, Delegacias Distritais e Fundação Estadual de Educação ao Menor. Está localizado na Ilha do Governador/RJ.

2.5.4 O EDUCANDÁRIO SANTO EXPEDITO

O Educandário Santo Expedito, atende adolescentes medidas de internação. O Educandário Santo Expedito (ESE), uma das principais unidades de internação do DEGASE. Ocupa hoje as instalações do antigo presídio Moniz Sodré, localizado no Complexo Penitenciário do Gericinó (Bangu)/RJ. Trata-se de uma unidade de

internação destinada aos adolescentes em conflito com a lei de 16 anos até 21 anos oriundos da Capital ou que tenham as medidas sócio-educativas demandadas com amplos poderes das demais Comarcas do Estado à II Vara de Infância e Juventude da Capital/RJ. O Colégio Estadual Gildo Cândido funciona nesta unidade do DEGASE, oferecendo educação escolar para os jovens.

2.5.5

CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRAL DA BAIXADA FLUMINENSE

O Centro de Atendimento Integral da Baixada Fluminense, está localizado no município de Belford Roxo e recebe adolescentes para cumprirem medidas de internação do interior, baixada e capital. Também conhecido como Centro de Atendimento Integrado da Baixada (CAI Baixada), é nesta unidade que funciona o Colégio Estadual Jornalista Barbosa Lima Sobrinho.

2.6

A ESCOLA JOÃO LUIZ ALVES (EJLA)

A Escola João Luiz Alves, foi fundada em 1926, sendo a unidade mais antiga do sistema DEGASE- está localizada nos terrenos da antiga Fazenda de São Bento, na Ilha do Governador/RJ. Foi construída no Governo de Getúlio Vargas. Tinha por finalidade a educação de “menores órfãos”. Posteriormente a escola passou à administração do Serviço de Assistência ao Menor (SAM) e depois para a Fundação Nacional do Bem estar do Menor (FUNABEM). Na década de 80, durante uma rebelião dos internos, suas instalações foram bastante depredadas. Como unidade do Departamento Geral de Ações Socioeducativas está designada para atender adolescentes em conflito com a lei, que tenham recebido como medida socioeducativa a medida de internação. Com capacidade para abrigar 120 adolescentes do sexo masculino, com idades entre 12 e 21 anos, a unidade está dividida em 4 (quatro) módulos- cada módulo possui cinco alojamentos, cada um com seis camas- com capacidade para 30 adolescentes, obedecendo à resolução do CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) que

recomenda o atendimento em grupos de, no máximo, 40 internos. A Escola tem capacidade para atender 119 jovens.

A equipe técnica, que tem a função de acompanhar os jovens durante a aplicação da medida e elaborar relatórios para serem encaminhadas ao Juiz da 2ª Vara de Infância e Juventude é formada por três assistentes sociais, duas psicólogas e três pedagogas. A cada seis meses, o técnico que faz o atendimento aos jovens elabora uma avaliação que leva em consideração os seguintes aspectos: a participação dos jovens nos cursos/oficinas, participação das aulas oferecidas pela Escola estadual Candeia, participação nas atividades esportivas, cursos e os programas ligados ao tema da saúde; a interação entre os jovens- logo, se houver algum desentendimento entre eles constará na avaliação- e também com a direção da unidade, funcionários e técnicos, o comportamento do jovem durante o cumprimento da medida e avaliação extra da direção da unidade. Essa avaliação é realizada a través de um sistema de pontuação. Por exemplo: a frequência de três meses a Escola Candeia, equivale a trinta pontos. Quando o jovem atinge cento e cinquenta pontos, a técnica pode sugerir ao juiz uma progressão do regime, ou seja, o jovem pode passar para o regime de Liberdade Assistida, por exemplo.

Quando o jovem chega a Unidade, é realizada uma apresentação dos adolescentes no salão de recepção da escola, de acordo com a indicação feita pela unidade de recepção e triagem. Essa apresentação leva em conta a aparência física e idade do adolescente. Após a recepção, são encaminhados para procedimentos de higiene e avaliação médica, onde são atendidos pela equipe técnica, que o situará sobre a medida socioeducativa que foi imposta a ele. Este procedimento obedece às medidas relacionadas pela Lei 8069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

O Projeto Político Pedagógico da Escola João Luiz Alves estabeleceu que as metodologias utilizadas nas ações a serem desenvolvidas tivesse como eixo norteador, uma maior articulação dos diversos setores da Instituição. Neste sentido, segundo esse documento, a direção da escola tem o papel de:

- a) Propiciar um espaço de encontro coletivo para a discussão de assuntos relevantes para vida institucional, que deve

funcionar de forma sistemática, com frequência de, no mínimo, mensal;

b) Criar comissões de trabalho que surgirão após as discussões levantadas nas reuniões e / ou assembleias. Essas comissões objetivarão solucionar as situações-problemas;

c) Garantir o cumprimento das rotinas quanto aos horários das atividades dos adolescentes;

d) Criar um Conselho Disciplinar que trataria dos parâmetros da gestão pedagógica no atendimento socioeducativo no que se refere aos atos de indisciplina, não permitindo a prevalência dos aspectos meramente sancionatórios.

No Espaço físico da Escola, funciona o Colégio Estadual Candeia, que mantém atividades escolares em nível de ensino fundamental e médio na modalidade de educação de jovens e adultos, no horário diurno de 8h às 12hs, de 2ª à 6ª feira com a estrutura de 30 professores, respeitando o calendário de dias letivos encaminhado pela secretaria Estadual de Educação. Os alunos são alocados em turma após passagem pela equipe técnica e de acordo com seu histórico escolar. Cada turma, segundo documento, possui o máximo de 12 matrículas, com a finalidade de estabelecer um atendimento mais aprimorado para esse público. É oferecido o ensino profissionalizante -curso de qualificação profissional em padeiro- com duração de quatro meses e carga horária de 180 horas. As disciplinas são as seguintes: Língua Portuguesa, Relações humanas no trabalho, Ética profissional, Noções de pesos e medidas, Higiene e saúde e Prática de padaria. O espaço físico era privilegiado até que, em 1994, houve uma grande destruição da instituição após rebelião dos internos. Funcionava também com excesso de internos em relação à capacidade física. Procuramos, no período da aplicação dos questionários para os jovens internos da Escola João Luiza Alves, conversar com a diretora da Escola Candeia para entender como era realizada o processo de escolarização dos jovens nesta escola. Entretanto, não foi possível este encontro por falta de agenda da direção da escola. Assim, focamos nossa análise na Escola João Luiz Alves.

O Atendimento as famílias dos jovens que cumprem medida socioeducativa de internação na Escola João Luiz Alves é realizado pela equipe técnica. Os atendimentos são feitos individualmente ou, se for necessário, na presença do jovem. Segundo relato da equipe técnica, em 2007, foi instituído o Projeto “Resgate

Familiar”, que tinha por objetivo proporcionar uma aproximação entre o jovem e sua família. Numa parte do dia, os responsáveis pelo jovem frequentariam a Unidade Socioeducativa, participando de atividades como: dinâmica de grupo, oficinas e visitação a Unidade. Durante o cumprimento da medida, os jovens têm o apoio jurídico da Defensoria Pública, que os orienta sobre o andamento de seu processo.

O Projeto Político Pedagógico da Escola João Luiz Alves elenca as seguintes atividades, desenvolvidas para os jovens:

- 1- **Oficina de Percussão**- esta proposta visa, partindo da música e da vibração que a percussão proporciona trabalhar a integração do grupo e desenvolver potencialidades. Utiliza-se a “metodologia do passo”. Este acompanhamento tem como objetivo principal a articulação e participação de forma efetiva da equipe técnica nas atividades, além da avaliação de cada jovem no seu progresso musical, sua interação com o grupo, a elevação da autoestima e a cooperação de internos. A seleção dos adolescentes ocorre por interesse dos mesmos. As reuniões são realizadas uma vez por semana no auditório da unidade. O projeto é desenvolvido pela equipe Grupo de Dança Passo, com o acompanhamento de uma técnica da Unidade Socioeducativa.
- 2- **Projeto Reflexão Vocacional**- O objetivo deste projeto é fazer com que, através de encontros semanais, se possa ajudar e orientar o jovem em conflito com a lei a escolher o percurso mais ajustado ao seu perfil de interesses e capacidades visualizando novas opções de vida e dissociando a ideia do mundo ilícito tais como drogas, armas, tráfico, etc. como única alternativa futura possível. Esta reunião ocorre semanalmente e tenta despertar nos jovens novos horizontes onde não seja suficiente seguir o lema “querer é poder”. A Reflexão Vocacional é o processo pelo qual o jovem será auxiliado e orientado a descobrir e realizar sua vocação pessoal, ajudando a conhecer-se pela indicação de suas possibilidades, aptidões e aspirações. As reuniões são feitas em grupos de cinco adolescentes. São analisadas algumas propostas,

dirigidas ou não, a partir da demanda do grupo. Este Projeto é realizado pela equipe Técnica.

- 3- **Oficina de “Arteterapia”**- O objetivo desta oficina é fazer o jovem sentir, pensar e fazer. Usando a arte, observando a estética e entendendo que o indivíduo é fruto de suas escolhas, através das imagens o jovem consegue expor seus problemas, reconhecendo-os e procurando elaborar novas perspectivas para suas vidas. O grupo se reúne semanalmente com duração de 01h30min. Essa oficina é realizada pela equipe técnica.
- 4- **Oficina de “Leitura e Jogos Educativos”**- Fazer ler, pensar e crescer na tentativa de reconstruir identidades são os objetivos desta oficina. Com esta proposta, o trabalho é feito para engajar os jovens atendidos na construção de perspectivas para a vida futura, estimulando a elaboração de metas e o reencontro com sua própria história, buscando os princípios básicos que o formaram, ainda em seu ambiente familiar, para que o reencontro com sua essência os motive a se reorganizarem socialmente, voltando-se para práticas que os levem à promoção social, por intermédio da valorização da família, da sua própria história, da escolarização e profissionalização. Como primeira etapa, estimulamos o jovem atendido a desenvolver o tema “ser adolescente”. Após reflexão e exploração do tema, respeitando a abordagem e experiência de cada um, passamos a segunda etapa, com aplicação de dinâmicas que objetivam o reencontro com sua identidade. Essa oficina é desenvolvida por uma técnica de serviço Social da Unidade.
- 5- **Oficina Horta Cidadã**- Tem como objetivo ensinar ressocializando os adolescentes. Tem como característica principal a terapia que o manejo com a terra proporciona, buscando sempre os jovens que possuam dificuldades com o aprendizado escolar, os que têm dificuldades de relacionamento social e os que estejam cumprindo a medida por longos períodos. Este projeto também tem caráter profissionalizante. O projeto ensina técnicas, como o local a ser

escolhido para a implantação de uma horta, a preparação da terra, a construção de sementeiras, transplante de mudas para os canteiros, escolha das sementes e verduras a ser plantada, a época certa para cada plantio, poda e colheita, utilização de adubos e combate de pragas com produtos naturais. Essa oficina é realizada por um Agente Educacional da Unidade.

- 6- **Oficina de Capoeira**- Tem como objetivo mostrar a associação entre capoeira, educação, disciplina e desenvolvimento da Cultura Brasileira. Tem também um enfoque terapêutico, tranquilizando os jovens, estimulando a disciplina e cooperação grupal, amenizando os conflitos entre eles, dando a noção de igualdade, independente de região geográfica onde residam. A oficina é realizada por um Agente de disciplina da Unidade.
- 7- **Oficina “Manutenção da Unidade”**- Essa oficina tem como objetivo ensinar aos jovens a realizarem pequenos reparos na parte hidráulica, elétrica, alvenaria e pintura, despertando neles o interesse para futuros cursos profissionalizante. Objetiva-se também a mudança de comportamento do jovem evitando seu confinamento nos alojamentos propiciando-lhes maior responsabilidade e organização. A oficina é realizada por um Auxiliar de Serviços Gerais.
- 8- **Projeto “Viver sem Drogas”**- O Objetivo deste trabalho é atender os adolescentes internados que possuam histórico relacionado ao uso de drogas e também combater o consumo de tabaco (cigarro) dentro da unidade. Ela é realizada um Agente de Disciplina da Unidade.
- 9- **Projeto Musicoterapia**- Tem como objetivo amplo ressocializar e a promover a saúde física e mental do adolescente. Tem como objetivos específicos: estruturar a personalidade, reforçar a identidade (o Eu), sensibilizar (sensibilidade e ética), autoconscientizar, socializar e capacitar (amar a si próprio). Possui como justificativa atender aos problemas emocionais e conflituosos do adolescente, amenizando a agressividade nos relacionamentos, estimulando valorização do

adolescente e reforçando o seu ego e sua identidade. A Musicoterapia pode contribuir não só para o bem estar do jovem, mas também para a estruturação e a interação da família com o adolescente, melhorando as questões de convívio, para tornar-se amistoso e respeitoso. As estratégias são: Improvisação: Tensão e relaxamento; Conscientização do corpo; Desenvolvimento da sensibilidade musical – eurritmia, improvisação melódica, ouvido harmônico e polifônico; Relaxamento: Tensão e descontração do corpo, audição musical e espaço para exposição de emoções vivenciadas – “Catarse”. A música pode levar à reflexão e, por conseguinte à transformação. Essa metodologia é baseada nos princípios de Dalcroze, Professor de Harmonia no Conservatório de Genebra. Este projeto tem a coordenação de uma músico terapeuta, que não faz parte do quadro de funcionários da Unidade.

É importante ressaltar que nas semanas em que foram aplicados os questionários na Unidade, não foi possível ver estas oficinas/projetos funcionando.

No Estado do Rio de Janeiro, além das atividades realizadas pelos jovens que cumprem medidas socioeducativas nas unidades do DEGASE, a Instituição, em parceria com empresas ou Organizações Não Governamentais, dispõe ainda dos projetos abaixo relacionados:

Projeto Lego- O Projeto Lego é uma iniciativa da Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC), em parceria com a Lego Foundation (Fundação sem fins lucrativos, ligado ao Grupo LEGO . Que proporciona aos jovens que cumprem medida socioeducativa no Estado do Rio de Janeiro expressar suas ideias a partir de montagem de blocos de Lego. A partir de um tema, os jovens constroem suas maquetes. O primeiro trabalho realizado em 2008 teve como tema “Bloco a bloco- o Brasil que queremos”.

Projeto Aprendizes da Liberdade - O Projeto Aprendizes da Liberdade tendo como objetivo a qualificação profissional dos jovens que cumprem medida socioeducativa, em parceria com a FIRJAN, o SENAI, MASAN e o Tribunal de Justiça do Estado do

Rio de Janeiro. Os jovens fazem o curso de auxiliar de cozinha industrial, mecânica de motos e mecânica automotiva.

Projeto Liberdade Digital-Esse Projeto oferece a qualificação profissional para os jovens do sistema DEGASE de informática básica e informática avançada, em parceria com a ONG Rio Solidário e o PRODERJ.

Projeto Afroreggae- O Centro Cultural Afroreggae, desenvolve oficinas de esportes, teatro, grafite e percussão, nas unidades do DEGASE.

Projeto Gol Legal- O Projeto Gol de Letra, parceria do DEGASE com a Instituição Homem Novo, realiza atividades psicossociais e futebol feminino na Escola Santos Dumont e nas unidades que atendem meninas.

Projeto Significando Vidas- Fruto da parceria do DEGASE com a ONG Ação Comunitária, são oferecidos aos jovens oficinas de fotografia, bordado, cabelo afro, capoeira, serigrafia e empreendedorismo.

Projeto Mãos do Futuro- São oferecidas as jovens, cursos de assistente de cabeleireiro e manicure, objetivando a capacitação profissional das mesmas. Os cursos são ministrados pela ONG Rio Solidário e a rede de salão Werner Cabeleireiros.

Projeto Empregabilidade-A partir das qualificações profissionais realizados nos diversos Projetos, os jovens que cumprem medida socioeducativa de semiliberdade são encaminhados para o mercado de trabalho.

Projeto Emplacando Vidas-Objetiva preparar os jovens para exercer a função de lacrador de placas de veículos em diversos postos do DETRAN do Estado do Rio de Janeiro. A parceria é feita com o Rio Solidário e o DETRAN.

Projeto Laços-Esse Projeto atende as famílias dos jovens que cumprem medidas socioeducativas, com a possibilidade de ofertas de vagas em oficinas de geração de renda. Parceria com a ONG Rio Solidário.

2.7

A ESCOLA ESTADUAL ESTRELA³

A Escola Estadual Estrela, foi criada em 1962. Nesta época, os jovens moradores tinham muitas dificuldades de acesso a uma escola do segmento Ensino Médio. Localizado no bairro de Acari, zona norte da cidade do Rio de Janeiro, fazendo limite com o bairro de Coelho Neto. O que define este limite é a ponte que os liga à Avenida Brasil. Antes da ponte situa-se o bairro de Acari, depois da ponte o bairro de Coelho Neto. Ocorre que no bairro de Acari está situado uma das maiores comunidades/favelas da cidade, com um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), ou seja, a de Acari. Alguns moradores, mesmo morando antes da ponte da Avenida Brasil, nomeiam-se como moradores do bairro de Coelho Neto. Esta ideia também perpassa a Escola Estadual Estrela, que se localiza antes da ponte da Avenida Brasil, mas a comunidade escolar se assume como sendo localizada no bairro de Coelho Neto. Neste sentido, optamos por localizar esta escola no bairro de Acari, tendo em vista o Mapa de bairros da cidade, que faz esta diferenciação.

A construção do prédio de três andares começou em 1960. Sendo inaugurada em setembro de 1962, com um total de vinte e quatro salas de aula, um refeitório, uma biblioteca e um mini auditório. Além disso, possui uma sala para direção, sala de professores, mini quadra de esportes, cozinha, sala do Grêmio Estudantil e sala de Orientação Pedagógica e Educacional. A escola não possui estrutura para atender cadeirantes, pois foi projetada apenas com escadas entre os andares.

A escola oferece Ensino Médio, nos três turnos a cerca de mil e trezentos alunos. Única na região a possuir estudantes das comunidades próximas neste segmento. Atende preferencialmente moradores dos bairros de Acari e Coelho Neto. Entretanto, é possível encontrar estudantes de outros bairros próximos, bem como dos municípios de São João de Meriti, e Nilópolis (Municípios da Baixada Fluminense).

A atual gestão assumiu em abril de 2009 e continua até o presente momento. Segundo documentos da escola, o público da mesma é constituído por jovens (que

³ Nome fictício

estudam em sua grande maioria nos turnos manhã e tarde) e adultos, que estudam no turno noturno.

No ano de 1997, foram construídas quatro salas na parte externa da escola e mais dois banheiros, além da instalação de um laboratório de informática. No ano de 2008, foi instalado ar condicionado nas salas de aula.

A Escola Estadual Estrela, segundo o Projeto Político Pedagógico, tem como missão:

“Promover uma educação de qualidade, que garanta as aprendizagens efetivas para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, sendo capazes de atuar com habilidades e competências, dignidade, ética e responsabilidade na sociedade em que vivem” (PPP, 2009, pág., 13).

A escola Estadual Estrela tem cento e vinte e cinco professores das disciplinas do Ensino Médio. Entretanto, conforme foi relatado pela direção, atualmente a escola está sem professores de matemática no primeiro ano, química, no segundo ano, geografia e artes no terceiro ano. Segundo a direção, estão aguardando o encaminhamento da Secretaria Estadual de Educação, tendo em vista eu estes professores já foram solicitados.

2.7.1

O BAIRRO DE ACARI

O bairro de Acari está localizado na Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro e faz divisa com os bairros de Pavuna, Coelho Neto, Parque Columbia e Irajá. Neste bairro encontra-se uma das maiores favelas da cidade, a Favela de Acari, chamada também de Complexo de Acari (que seria a junção do Conjunto Habitacional Amarelinho, - construído no ano de 1950 a beira da Avenida Brasil-, do Parque Proletário Acari, do Coroadó e da Vila Esperança). Sua ocupação iniciou-se no ano

de 1946 e, e sua população no ano de 2000 era de cerca de 24.650 habitantes, conforme tabela 10 abaixo.

Tabela 10 - População do bairro de Acari:

Área Territorial (2003)	160,55
Total da População (2000)	24.650
Total de Domicílios (2000)	6.808
Total da População (2010)	27.347
Total de Domicílios (2010)	8.502

Fonte: Portal Geo Rio. Armazéns de dados/2010.

As principais vias de acesso ao bairro são: Avenida Brasil e a Avenida Pastor Martin Luther King Jr. Na região está situado o segundo maior hospital do Município do Rio de Janeiro, o Hospital Municipal Raul Gazola, mais conhecido como Hospital de Acari e o Centro de Abastecimento (CEASA), um dos principais pontos atacadistas de hortifrutigranjeiros da cidade. A linha 2 do metrô atende aos moradores das localidades.

A região ainda agrega a Favela Beira Rio e o Conjunto Habitacional Fazenda Botafogo, construído na década de 70-na divisa com Coelho Neto- mesmo nome do Distrito Industrial, onde estão situadas várias empresas (tais como: New Temper Ind. Com. Vidros, Estub Estrutura Tubulares do Brasil, Promáquinas Ind. Com. Ltda, dentre outras), a favela Final Feliz (na divisa com Pavuna), o Parque Columbia (localizado entre os bairros de Acari e Pavuna), o Morro da Pedreira (entre Pavuna, Acari e Costa Barros) e o Parque Acari.

Tabela 11- Indicadores de Renda – Pobreza- Pessoas com renda domiciliar per capita abaixo e menor que R\$37,75; abaixo e menor que R\$75,50; intensidade de linha de pobreza de R\$37, R\$ 75 e de 75,50, por Bairros e Grupo de Bairros- Bairro Acari:

Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita abaixo de R\$37,75	Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita abaixo de R\$75,50	Percentual de crianças em domicílios com renda per capita menor que R\$37,75	Percentual de crianças em domicílios com renda per capita menor que R\$75,50	Intensidade da pobreza: linha de R\$37,75	Intensidade da pobreza: linha de R\$75,50
11,01	28,46	16,49	39,29	57,90	43,89

Fonte: Portal Geo Rio-Armazém de Dados /2010.

Quando analisamos os resultados dos indicadores de renda do bairro de Acari, percebemos que a intensidade da pobreza na linha de R\$ 37,75 é alta (57,90).

Podemos concluir que o bairro de Acari, concentra uma população muito pobre, apesar de estar situado numa região industrial.

Tabela 12 - Índice de desenvolvimento Humano (IDH)-Bairro Acari:

Bairro	Esperança de vida ao nascer (em anos)	Taxa de alfabetização de adultos (%)	Taxa bruta de frequência escolar (%)	Renda per capita (em R\$)	Índice de educação	Índice de renda	Índice de renda	Índice de desenvolvimento	Posição
Acari	63,93	91,68	79,44	174,12	0,649	0,876	0,634	0,720	124

Fonte: Portal Geo Rio-Armazém de Dados/2010

Acari ocupa a última posição no índice de Desenvolvimento Humano dos bairros da Cidade do Rio de Janeiro, além da menor renda da cidade e um dos maiores índices de pobreza. No ano de 2009, foi considerada uma das áreas mais violentas por apresentar 60,38 assassinatos a cada 100.000 habitantes.

Tabela 13 - Indicadores de Vulnerabilidade - Infância e Adolescência - Crianças de 10 a 14 anos que trabalham; crianças e adolescentes de 4 a 5, 5 a 6, 7 a 14 e 15 a 17 anos, fora da escola, por Bairros ou Grupo de Bairros - 2010 (inclui definições)-- Bairro Acari:

Percentual de crianças de 10 a 14 anos que trabalham	Percentual de crianças de 4 a 5 anos fora da escola	Percentual de crianças de 5 a 6 anos fora da escola	Percentual de crianças de 7 a 14 anos fora da escola	Percentual de crianças de 10 a 14 anos fora da escola	Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola
2,73	38,57	22,74	6,06	5,58	23,32

Fonte: Portal Geo Rio-Desenvolvimento Social Humano/2010.

A tabela treze, acima, mostra o percentual de crianças e adolescentes que estão fora da escola no Bairro de Acari. Chama a atenção, o percentual de 38,57% de crianças na faixa etária de 4 a 5 anos. Podemos considerar, que a questão do acesso de crianças a Educação Infantil, ainda não foi universalizado.

Tabela 14 - Número de pessoas analfabetas- Pessoas analfabetas por grupos de idade, segundo as áreas de Planejamento, Regiões Administrativas e Bairros-Município do Rio de Janeiro- Bairro Acari:

8 ou 9 anos	10 anos ou mais	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
149	1632	144	59	131	222	270	308	498

Fonte Portal Geo Rio-Desenvolvimento Social Humano//2010

A tabela quatorze apresenta o número de analfabetos, por idade, no bairro de Acari. Sendo um dos bairros com o Índice de Desenvolvimento Humano mais baixo da cidade do Rio de Janeiro, na faixa etária que estamos priorizando nesta pesquisa, encontramos 59 jovens analfabetos. O Censo Demográfico de 2010 demonstrou que houve uma queda na taxa de analfabetismo na faixa etária de 15 anos ou mais- de 13,63% no ano de 2000, para 9,6 em 2010.